



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2020. O ano de 2020 trouxe consigo um cenário de incertezas e uma situação sem precedentes no Brasil e no mundo com o alastrar-se de uma pandemia, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil. Cabe destacar que apesar de se manter a situação de mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em Dezembro de 2020. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais dos produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 23,6 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R\$ 19,1 bilhões.

DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- Maior banco de montadora no Brasil, 22º colocado entre as instituições financeiras privadas e 26ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 65,5% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 60,0% no segmento de caminhões e ônibus e 66,3% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAAA mantido pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 17,7% em 31 de dezembro de 2020.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos. As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2020 concentraram 85% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

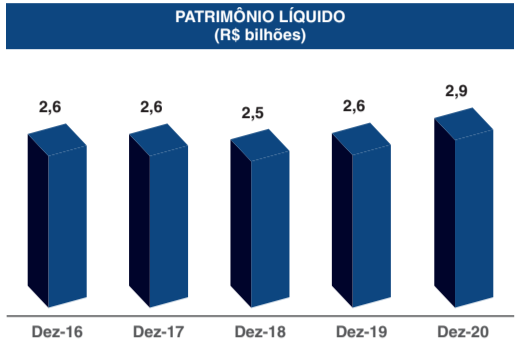
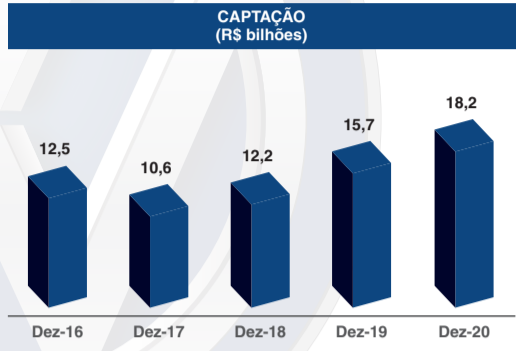
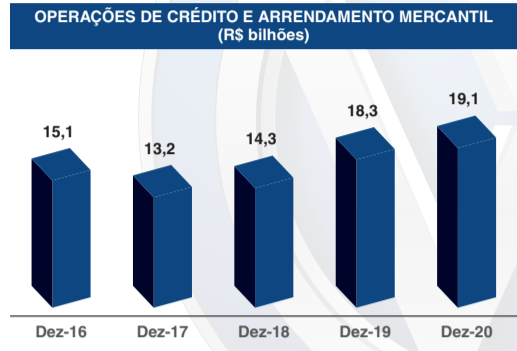
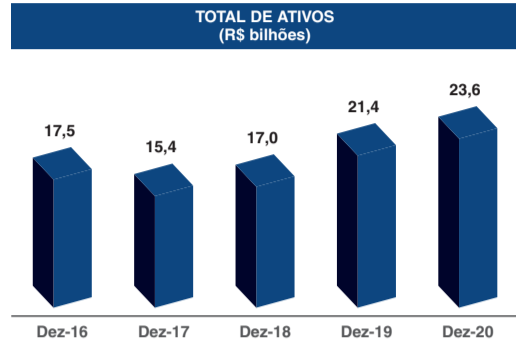
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	2020	2019
CIRCULANTE	11.007.438	10.786.559
Disponibilidades (Nota 3)	86	14.494
Instrumentos Financeiros	10.875.226	10.701.048
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.708.550	816.403
Relações interfinanceiras (Nota 3)	30	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	787	918
Operações de crédito (Nota 6)	8.496.987	9.186.650
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	668.872	697.077
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	26.409	34.212
Arrendamentos financeiros	26.337	33.712
Arrendamentos operacionais	72	500
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(199.885)	(266.662)
Operações de crédito	(196.101)	(260.882)
Operações de arrendamento mercantil	(440)	(591)
Outros créditos	(3.344)	(5.189)
Outros ativos (Nota 7)	305.602	303.467
NÃO CIRCULANTE	12.543.974	10.629.273
Instrumentos Financeiros	9.888.096	8.379.793
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	53.389	97.932
Operações de crédito (Nota 6)	9.834.707	8.281.861
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	27.579	49.642
Arrendamentos financeiros	27.579	49.631
Arrendamentos operacionais	-	11
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(432.856)	(391.558)
Operações de crédito	(432.393)	(388.688)
Operações de arrendamento mercantil	(463)	(2.870)
Créditos tributários (Nota 20 (a))	1.416.919	1.101.637
Outros ativos (Nota 7)	902.564	807.911
Investimentos em participações em controladas (Nota 8)	712.134	628.101
Imobilizado de arrendamento	4.290	32.476
Imobilizado de uso	17.362	20.104
Intangível	59.955	58.143
Depreciações e amortizações	(52.069)	(56.976)
Imobilizado de uso	(9.454)	(13.816)
Intangível	(42.615)	(43.160)
TOTAL DO ATIVO	23.551.412	21.415.832

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019
CIRCULANTE	14.538.530	9.519.547
Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.744.537	8.490.994
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	2.110.398	3.242.893
Recursos de clientes (Nota 12)	6.519.123	3.915.346
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	4.777.146	765.313
Dívidas subordinadas (Nota 14)	145.637	137.540
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	21.060	9.483
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	171.173	420.509
Outros passivos (Nota 17)	793.993	1.028.553
NÃO CIRCULANTE	6.134.545	9.269.196
Depósitos e demais instrumentos financeiros	4.753.918	7.943.251
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	768.727	1.468.540
Recursos de clientes (Nota 12)	1.017.079	2.350.397
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	1.011.826	1.961.209
Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.846.364	1.818.954
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	866	-
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	109.056	344.151
Provisões (Nota 15)	1.092.531	979.645
Outras provisões	1.092.531	979.645
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20 (b))	166.974	155.864
Outros passivos (Nota 17)	121.122	190.436
Patrimônio líquido	2.878.337	2.627.089
Capital social	1.307.883	1.307.883
Reservas de lucros	1.580.860	1.325.795
Outros resultados abrangentes	(10.406)	(6.589)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.551.412	21.415.832

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2º semestre 2020	Exercícios 2020	Exercícios 2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.509.202	2.875.087	2.850.877
Operações de crédito	1.481.331	2.797.518	2.754.752
Operações de arrendamento mercantil	8.115	15.653	29.287
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.200	72.032	50.409
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	(12.725)	(19.855)	1.920
Operações de venda de ativos financeiros	3.281	9.739	14.509
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(336.989)	(776.248)	(996.573)
Operações de captação no mercado	(255.898)	(596.698)	(716.053)
Operações de empréstimos e repasses	(68.717)	(143.900)	(242.406)
Operações de venda de ativos financeiros	(12.374)	(35.860)	(38.114)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.172.213	2.098.839	1.854.304
DESPESAS DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA (Nota 6 (g))	(171.023)	(672.551)	(272.798)
Operações de crédito	(167.499)	(674.412)	(266.852)
Operações de arrendamento mercantil	(203)	17	(1.142)
Outros créditos	(3.321)	1.844	(4.804)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.001.190	1.426.288	1.581.506
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(559.098)	(821.359)	(644.740)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (g))	64.025	106.668	96.862
Despesas de pessoal	(1.997)	(3.867)	(3.900)
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(205.544)	(347.627)	(350.415)
Despesas tributárias	(56.565)	(97.848)	(81.162)
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	42.393	84.033	90.546
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	33.599	91.009	142.062
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(435.009)	(653.727)	(538.733)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(44.163)	(59.412)	(103.773)
Fiscais	(8.995)	(17.824)	(31.784)
Cíveis	(31.929)	(38.264)	(50.746)
Trabalhistas	(3.239)	(3.324)	(21.243)
RESULTADO OPERACIONAL	397.929	545.517	832.993
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	397.929	545.517	832.993
Imposto de renda (Nota 20 (c))	(82.766)	(106.932)	(179.794)
Contribuição social (Nota 20 (c))	(65.094)	(81.852)	(17.249)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	250.069	356.733	635.950
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R\$	0,80	1,14	2,03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

	2º semestre 2020	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Lucro líquido do semestre/exercícios	250.069	356.733	635.950
Hedge de fluxo de caixa (Nota 4)	(160)	(3.817)	(6.589)
Total do resultado abrangente	249.909	352.916	629.361
Atribuível a:			
Acionistas da Instituição	249.909	352.916	629.361
Participação dos não controladores	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

	2º semestre 2020	Exercícios 2020	Exercícios 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercícios	250.069	356.733	635.950
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações (Nota 23 (c))	3.182	6.540	7.928
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	(42.393)	(84.033)	(90.546)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (g))	171.023	672.551	272.798
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	90.616	179.289	175.465
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	(3.602)	12.574	8.565
Despesas (reversões) para outros valores e bens	3.199	6.379	(7.014)
Despesas (reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 16 (b))	82.525	127.327	158.574
Tributos diferidos	(121.422)	(300.051)	(157.429)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	433.197	977.309	1.004.291
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	17.821	40.727	(81.687)
Aumento em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(1.243.716)	(1.503.162)	(3.521.635)
Redução (aumento) em outros ativos	(346.846)	255.362	(439.482)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.466)	(329.781)	(116.040)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(1.601.207)	(1,536.854)	(4,158.844)
Aumento (redução) em depósitos e demais instrumentos financeiros	(1.484.063)	2.500.600	3.321.153
Aumento (redução) em outros passivos	(224.006)	(369.973)	837.988
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	(1.708.069)	2.130.627	4.159.141
(+) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2,876,079)	1,571,082	1,004,588
Aquisição de imobilizado de uso	(3.202)	(3.202)	-
Aquisição de intangível	(5.664)	(7.315)	(11.115)
(-) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(8,866)	(10,517)	(11,115)
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(61.221)	(143.691)	(109.916)
Dívidas pagas	-	(539.105)	(647.368)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(61,221)	(682,796)	(757,284)
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2,946,166)	877,769	236,189
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	4.654.832	830.897	594.708
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (Nota 3)	1.708.666	1.708.666	830.897
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2,946,166)	877,769	236,189

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdasapuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidas.

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

(e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica "Créditos Tributários". Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica "Obrigações fiscais diferidas" no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019. Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 3º, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.307.883	18.515	-	178.016	1.032.419	-	-	2.536.833
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(6.589)	-	(6.589)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	635.950	635.950
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	31.797	-	-	(31.797)	-
Dividendos propostos (R\$ 1,72/ação) AGE 31/12/19	-	-	-	-	(388.067)	-	(151.038)	(539.105)
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	453.115	-	(453.115)	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.307.883	18.515	-	209.813	1.097.467	(6.589)	-	2.627.089
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-					



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Em milhares de reais

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando para 20%, a partir de janeiro de 2022, não impactando nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2020.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20).

(g) Investimentos em participação em coligadas e controladas
O investimento em participação em empresa controlada com participação do capital de 99,99%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição e a empresa controlada é demonstrada na (Nota 8).
(h) Imobilizado de uso e intangível
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Outros ativos
Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de ajustes e variações monetárias auferidas até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização. As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).
(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros
São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica "Outros passivos financeiros" do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(l) Captações e emissões
São reconhecidas inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensuradas a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III - Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, e independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Outros passivos
São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

(o) Patrimônio líquido
I - Capital social
O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II - Reserva de lucros
A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais - refere-se ao parcelamento do lucro líquido decorrente de subvenções legais - objetivas previstas em lei;
- Reserva legal - objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos;
- Reserva especial de lucros - refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III - Lucro por ação
A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 19).

(p) Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado neste data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor nominal	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	265.971	787	-	14.906	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	4.023.951	-	(21.926)	(34.761)	(10.406)
		787	(21.926)	(19.855)	(10.406)
Circulante		787	(21.060)	-	-
Não circulante		-	(866)	-	-
		787	(21.926)	(19.855)	(10.406)

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor nominal	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	730.570	918	-	1.952	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	1.389.574	-	(9.483)	(32)	(6.589)
		918	(9.483)	1.920	(6.589)
Circulante		918	(9.483)	-	-
Não circulante		-	-	-	-
		918	(9.483)	1.920	(6.589)

Hedge
A estratégia de hedge por Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de hedge são classificadas como hedge de fluxo de caixa.

Para proteção o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI). Em 31 de dezembro de 2020 o valor nominal é de R\$ 4.023.951 (2019 - R\$ 1.389.574). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários a carteira de hedge de R\$ 10.406 (2019 - R\$ 6.589).

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de hedge.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A Instituição, de acordo com investimentos subordinadas, classificadas como mantidas até o vencimento, foi adquirida de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

Início FIDC	2020	2019
Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo		
de Investimento em Direitos Creditórios	53.389	97.932
Financiamento de Veículos - FIDC Driver Four	53.389	97.932
	53.389	97.932
Não circulante	53.389	97.932

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conforme o disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2020 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS
Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do

cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.
(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2020	2019
Operações de crédito	18.331.694	17.468.511
Operações de arrendamento mercantil financeiro	53.916	83.343
Operações de arrendamento mercantil operacional (i)	1.343	8.934
Outros créditos - títulos e créditos a receber	668.872	697.077
	19.055.825	18.257.865

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações R\$ 72 (2019 - R\$ 511) e imobilizado de arrendamento R\$ 4.290 (2019 - R\$ 32.476).

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nível de risco	Curso anormal Vincendas	Curso normal Vincidos	Curso normal Total	Provisão
AA	-	-	3.024.958	820
A	-	-	11.794.007	11.794.007
B	148.709	15.721	1.793.904	1.958.334
C	118.880	6.311	1.086.905	1.212.096
D	101.904	7.798	327.050	436.752
E	49.777	5.395	28.362	83.534
F	55.837	6.965	111.057	173.859
G	29.056	4.925	6.312	40.293
H	221.981	77.259	32.752	331.992
	726.144	124.374	18.205.307	19.055.825

Nível de risco	Curso anormal Vincendas	Curso normal Vincidos	Curso normal Total	Provisão
AA	-	-	2.037.027	2.037.027
A	-	-	10.407.221	10.407.221
B	249.333	24.355	2.715.647	2.989.335
C	230.380	13.601	1.319.717	1.563.698
D	178.347	15.972	384.930	579.249
E	144.145	15.738	37.813	197.696
F	79.406	10.866	16.701	106.973
G	51.271	10.320	3.686	61.277
H	167.174	79.538	64.686	331.389
	1.100.053	170.390	16.987.422	18.257.865

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	173.639	5.367.749	5.541.388
De 181 a 360 dias	145.175	3.504.362	3.649.537
Acima de 361 dias	407.330	9.303.805	9.711.135
	726.144	18.175.916	18.902.060

vencidos	Curso anormal	Curso normal	Total
De 01 a 14 dias	8.607	29.391	37.998
De 15 a 60 dias	35.585	-	35.585
De 61 a 180 dias	48.827	-	48.827
De 181 a 360 dias	31.355	-	31.355
	124.374	29.391	153.765
	850.518	18.205.307	19.055.825

Até 180 dias	Curso anormal	Curso normal	Total
De 181 a 360 dias	222.183	3.482.568	3.704.751
Acima de 361 dias	613.414	7.572.420	8.185.834
	1.100.053	16.949.896	18.049.949

vencidos	Curso anormal	Curso normal	Total
De 01 a 14 dias	12.050	37.526	49.576
De 15 a 60 dias	70.363	-	70.363
De 61 a 180 dias	61.234	-	61.234
De 181 a 360 dias	26.743	-	26.743
	170.390	37.526	207.916
	1.270.443	16.987.422	18.257.865

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2020	2019
Pessoas físicas	8.203.450	7.941.499
Outros serviços	6.171.676	5.368.744
Comércio	3.189.613	3.930.799
Indústria	1.073.338	799.703
Rural	68.453	62.045
Habituação	213.603	138.847
Intermediário financeiro	135.692	16.228
	19.055.825	18.257.865

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2020	2019
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)...	17	72
Bens arrendados	103.054	8.408
Depreciação acumulada de bens arrendados	(73.221)	(4.118)
Superveniência de depreciação	37.542	-
Perdas em arrendamento a amortizar	5.360	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(2.367)	-
Credeiros por antecipação de valor residual	(16.469)	-
	53.916	4.362

Os contratos de arrendamentos a receber possuem comprometimento até 2025 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 38.617 (2019 - R\$ 47.626), sendo que desse total R\$ 16.469 (2019 - R\$ 24.368) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão
A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a titularidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e operações de crédito" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em "Operações de portfólio" e o passivo registrado como "Outros passivos financeiros". Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

	Data Início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Four	07/2019	1.013.228	1.096.807
		1.013.228	1.096.807

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2020	2019
Saldo inicial	658.220	632.770
Constituição de provisão	672.551	272.798
Baixas por utilização	(698.030)	(247.348)
Saldo final	632.741	658.220

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 456.183 (2019 - R\$ 416.761). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 4.466.990 (2019 - R\$ 95.531) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R\$ 3.245.544 (2019 - R\$ 196.922).

Em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociações e operações de dívida a clientes que apresentavam atrasos superiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

De acordo com critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.803/20, ficou permitido às instituições financeiras, a reclassificar, para o nível de provisão em que estavam classificados os clientes em 29 de fevereiro, as operações renegociadas no período de 1º de março até 31 de dezembro de 2020. O saldo destas operações em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.564.128.

7. OUTROS ATIVOS

	2020	2019
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16 (a))	849.927	752.815
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	51.475	150.691
Impostos e contribuições a compensar	255.689	177.060
Outros valores e bens	40.272	18.122
Despesas antecipadas	10.803	12.690
Total	1.208.166	1.111.378
Circulante	305.602	303.467
Não circulante	902.564	807.911

8. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS

Informações sobre a investida:

	2020	2019
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido dos exercícios	84.033	90.546
Patrimônio líquido	712.134	628.101
Resultado de participação em controlada	84.033	90.546
Investimento	712.134	628.101

9. IMOBILIZADO DE USO

	2020	2019
Instalações, móveis e equipamentos de uso	2.160	2.160
Aquisições	6.104	6.104
Depreciação do período	(1.976)	(1.976)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019	6	



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Em milhares de reais

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

17. OUTROS PASSIVOS

	2020	2019
Sociais e estatutárias (Nota 18)	101.668	539.105
Impostos e contribuições a pagar	433.271	311.158
Resultado de exercícios futuros	100.318	176.005
Contratos de financiamentos a pagar	125.739	52.664
Contas a pagar	105.926	81.387
Recebimentos em trânsito a processar	19.690	28.686
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	990	5.086
Outras	27.513	24.898
Total	915.115	1.218.989
Circulante	793.993	1.028.553
Não circulante	121.122	190.436

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2019 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período (2019 - 5% de aplicação, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em atendimento da Resolução do CMN nº 4.820/2010, ficou estabelecido, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, sendo limitados valores acima do montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404.

Portanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, foi tomada a seguinte deliberação:

(i) Distribuição de dividendos, relativo a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 101.668. O pagamento será realizado no primeiro semestre de 2021.

Em virtude do limite estabelecido no art.199 da Lei nº 6.404, em Assembléa Geral Extraordinária de 22 de março de 2021, a administração da Instituição propôs a distribuição de dividendos adicionais, mediante a utilização de Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 291.000. A distribuição deve ser ratificada na Assembleia Geral Ordinária e aprovada pelo Banco Central, portanto tais montantes não foram reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2020. A Instituição solicitou autorização ao Dereg - Departamento de Regulação Prudencial e Cambial, e aguardará a decisão para o pagamento.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2019, foram tomadas as seguintes deliberações:

(i) Distribuição de dividendos, relativo ao ano de 2019, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 151.038;

(ii) Distribuição de dividendos mediante utilização de Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 388.067. Ambos valores foram pagos no primeiro semestre de 2020.

19. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido dos exercícios	356.733	635.950
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	1,14	2,03

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo 2º do Art. 1º da Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil. O saldo é de R\$ 1.416.919 (2019 - R\$ 1.101.637), relacionados principalmente a provisões para perdas de operações de crédito no montante de R\$ 862.015 (2019 - R\$ 619.204) e contingências no montante de R\$ 231.511 (2019 - R\$ 213.008).

(a) Créditos tributários - período de realização

	2021	2022	2023	2024	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social	344.576	413.319	21.720	13.039	624.265	1.416.919

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos créditos tributários de 31 de dezembro de 2020 de 2019, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

O valor presente dos créditos tributários no período totaliza R\$ 1.185.452 (2019 - R\$ 900.754) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos fiscais.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	Créditos tributários		Passivos tributários diferidos	
	Exercícios	Exercícios	Exercícios	Exercícios
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	1.101.637	912.008	155.864	128.056
Constituição	783.050	376.637	49.073	29.132
Realização	(467.768)	(187.008)	(37.963)	(1.324)
Saldo final	1.416.919	1.101.637	166.974	155.864

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro	545.517	832.993
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(245.483)	(333.197)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes	(12.218)	(15.797)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	37.815	36.219
Efeito majoração da CSLL (5%) - crédito tributário	21.622	96.845
Deduções de incentivos fiscais	11.509	10.847
Outros	(2.029)	8.040
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	(188.784)	(197.043)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2020	2019	2020	2019
Volkswagen Serviços Ltda.				
Dépósitos a prazo	(21.404)	(6.756)	(382)	(943)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Dépósitos a prazo	(558.020)	(461.268)	(13.459)	(28.386)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Dépósitos a prazo	(35.342)	(19.733)	(453)	(1.843)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Dépósitos a prazo	(2.257)	(6.394)	(109)	(851)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Dépósitos a prazo	(15.980)	(6.177)	(261)	(1.322)
Volkswagen Participações Ltda.				
Operação de crédito	107.449	-	449	-
Dépósitos a prazo	(680.302)	(23.972)	(13.236)	(967)
Sociais e estatutárias	(101.668)	(539.105)	-	-
Contas a pagar	(20.118)	(14.710)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(160.415)	(164.231)
Fleetlyz Locações e Serviços Ltda.				
Dépósitos a prazo	(176.826)	(66.578)	(3.112)	(1.335)
Operação de crédito	152.976	-	3.933	-
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Dépósitos a prazo	(2.029.425)	(1.675.068)	(70.797)	(49.581)
Letras financeiras subordinadas	(1.992.001)	(1.956.404)	(179.289)	(175.465)
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Dépósitos a prazo	(1.083.972)	(463.048)	(20.026)	(12.391)
Contas a receber - valores a ressarcir	477	477	-	1.641
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Dépósitos a prazo	-	-	(2.015)	-
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a receber - valores a ressarcir	347	-	(154)	(374)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	Exercícios 2020	2019
Benefícios de curto prazo	9.067	7.998
Benefícios pós-emprego	187	180
Outros benefícios de longo prazo	412	314
	9.666	8.492

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

22. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A Tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.708.666	1.708.666	830.897	830.897
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (i)	53.389	53.389	97.932	97.932
Instrumentos financeiros derivativos (i)	787	787	918	918
Operações de crédito e arrendamento mercantil (i)	17.760.575	17.514.606	16.931.810	16.813.266
Outros ativos	46.479	46.479	149.284	149.284
Total de ativos financeiros	19.569.896	19.323.927	18.010.841	17.892.297
Recursos de instituição financeira (ii)	2.879.125	2.879.125	4.711.434	4.711.434
Recursos de clientes (iii)	7.536.202	7.536.202	6.265.743	6.265.743
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	5.788.972	5.788.972	2.726.522	2.726.522
Instrumentos financeiros derivativos (i)	21.926	21.926	9.483	9.483
Dívidas subordinadas (iv)	1.992.001	1.611.709	1.956.403	1.628.931
Outros passivos (v)	632.585	632.585	1.107.560	1.107.560
Total de passivos financeiros	18.850.811	18.470.519	16.777.145	16.449.673

i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

• Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

• Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição do hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.708.550	1.708.550	-	-	1.708.550
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	53.389	53.389	-	-	53.389
Instrumentos financeiros derivativos	787	-	787	-	787
Total de ativos financeiros	1.762.726	1.761.939	787	-	1.762.726
Instrumentos financeiros derivativos	21.926	-	21.926	-	21.926
Total de passivos financeiros	21.926	-	21.926	-	21.926

	Em 31 de dezembro de 2019				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	816.403	816.403	-	-	816.403
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	97.932	97.932	-	-	97.932
Instrumentos financeiros derivativos	918	-	918	-	918
Total de ativos financeiros	915.253	914.335	918	-	915.253
Instrumentos financeiros derivativos	9.483	-	9.483	-	9.483
Total de passivos financeiros	9.483	-	9.483	-	9.483

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes. As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional - define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros - define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez - define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental - define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital - a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos, a Instituição está sujeita e realiza o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vvfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>.

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em diretos creditórios - nos quais a Instituição assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como "Patrimônio líquido" no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, após resarcimentos no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa. Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

	2020	2019
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	3.448.537	3.352.242
Nível I	2.730.661	2.526.548
Capital principal	2.730.661	2.526.548
Patrimônio líquido	2.878.037	2.627.089
Ajustes prudenciais	(147.676)	(100.541)
Nível II	717.876	825.694
Instrumentos de dívida subordinada	717.876	825.694
Ativos ponderados pelo risco - RWA	19.488.139	18.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores do

Banco Volkswagen S.A.**São Paulo - SP****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2020, a carteira de operações de crédito era de R\$ 19.055.825 mil, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 632.741 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que subsustancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total

da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos**Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente**

Os exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da adoção, ocorrida em 01 de janeiro de 2021, da Resolução nº 2 do BACEN e da Resolução nº 4.818 do CMN, descritos na nota explicativa nº 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria com ressalva sobre a apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro, em 26 de março de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020, examinamos também as alterações sobre os valores para correspondentes, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, advindas da adoção decorrente dessas Resoluções. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram adequadamente classificados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2021.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2